

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata

**ANÁLISE DE PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL**  
**Parecer Único ERMATA/IEF Nº 02/2017****1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO**

<b>Tipo de Processo / Número do Instrumento</b>		Licenciamento Ambiental.		Nº do PA COPAM 18745/2010/001/2011 APEF 01784/2011
<b>Fase do Licenciamento</b>		LP+LI 583/ZM		
<b>Empreendedor</b>		MIRADOURO ENERGIA S.A.		
<b>CNPJ / CPF</b>		12.796.475/0001-15		
<b>Empreendimento</b>		CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA MIRADOURO		
<b>Classe</b>		3		
<b>Termos condicionante da</b>		Apresentar proposta de compensação por supressão de Mata Atlântica, prevista na Lei n.º 11.428/2006, protocolizada junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade.		
<b>Localização</b>		Fazenda Cachoeira Alta, Zona rural, Miradouro.		
<b>Bacia</b>		Rio Paraíba do Sul		
<b>Sub-bacia</b>		Rio Muriaé		
<b>Área intervinda</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Microbacia</b>	<b>Município</b>	<b>Fitofisionomias afetadas</b>
	0,1533	Ribeirão Alegre, Rio Glória	Miradouro	Floresta Estacional Semidecidual
<b>Coordenadas:</b>		Lat 20°52'8.25"S	Long 42°21'16.9"O	
<b>Área proposta</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Microbacia</b>	<b>Município</b>	<b>Formas de compensação propostas</b>
	0,3066	Rio São João, bacia Itabapoana	Caiana	Servidão Ambiental
<b>Coordenadas:</b>		Lat 20°45'41.29"S	Long 41°53'11.26"O	
<b>Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECF</b>		Gilson Souza Souto Junior (eng civil); Frederico Ayres Ferreira (tecnólogo em saneamento ambiental); Paulo Cesar Marques (biólogo) /		



## 2 – ANÁLISE TÉCNICA

### 2.1-Introdução

O presente Parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Florestal referente à intervenção e supressão vegetal para implantação da Central Geradora Hidrelétrica Miradouro – CGH Miradouro, localizado no município de Miradouro, Bacia do Rio Paraíba do Sul, sub-bacia do rio Muriaé.

A proposta de compensação florestal em análise está relacionada a condicionante da licença ambiental 583/ZM LP+LI, processo COPAM 18745/2010/001/2011, que faz referência à compensação por intervenções em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, prevista na Lei Federal n.º 11.428/2006.

O presente Parecer tem como objetivo primordial, apresentar de forma conclusiva, a análise e avaliação da proposta do Projeto Executivo de Compensação Florestal, em cumprimento a Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015, de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade e pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

### 2.2 Caracterização da área intervinda

O fato gerador da proposta de compensação florestal em análise nesse parecer é a autorização para supressão de 0,1533 hectares de Floresta Estacional Semidecidual, bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração (Figura 1 e 2). A análise aqui conferida se refere a caracterização florestal descrita no PU 412141/2011 da Supram/ZM que por sua vez utilizou os estudos apresentados pelo empreendedor.



**Figuras 1 e 2.** Tipologia da vegetação arbórea inventariada no local da intervenção. Extraído PU Supram/ZM.

De acordo com o PU Supram ZM página 13: “As áreas de intervenções (tomada d’água, circuito adutor, casa de força e vias de acessos) foram caracterizadas como vegetação secundária em estágio inicial com transição para médio, de acordo com os parâmetros dendrométricos e caracterização geral da vegetação. No total foram registradas 18 espécies, das quais 13 eram árvores, 3 arbustos e 2 ervas, num total de 35 indivíduos. As espécies incluem-se em 15 famílias botânicas, sendo que somente a família Poaceae possui duas espécies presentes e as outras monoespecíficas. As 5 espécies arbóreas que



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata



foram registradas com maior frequência foram Amescla (*Protium heptaphyllum*), Angico (*Anadenanthera peregrina*), Cafezinho (*Rhamnidium elaeocarpum*), Mamica de porca (*Zanthoxylum rhoifolium*) e Ingá (*Inga uruguensis*).”

A área autorizada de supressão localiza-se dentro da propriedade Fazenda Cachoeira Alta, propriedade de Miradouro Energia S.A. Esse é o imóvel local do empreendimento CGH Miradouro, no município de Miradouro. Essa área insere-se na bacia do Rio Paraíba do Sul, sub-bacia do rio Muriaé. A intervenção ocorreu no Ribeirão Alegre, tributário do Rio Glória que deságua no rio Muriaé que deságua no rio Paraíba do Sul.

A vegetação estava em um intervalo de altitude de 500 metros, característico da formação transição submontana a montana. Tinha características de Mata Atlântica secundária de inicial para estágio médio, mesmo com a intensa antropização histórica.

De acordo com o PU Supram, página 17:

“A supressão florestal do empreendimento englobará uma área total de 0,1533 ha de vegetação secundária, onde a vegetação nativa foi caracterizada como vegetação **secundária** de Floresta Estacional Semidecidual em estágio **médio** de regeneração e estimado um volume total de 1,3089 m<sup>3</sup> de madeira, ressaltando que todas as estruturas do empreendimento, excetuando-se casa de força, serão locadas em áreas de vegetação nativa, distribuídas em fragmentos florestais com fisionomia de estrato herbáceo e arbustivo aberto, inserida nos domínios do Bioma Mata Atlântica, não incidindo as vedações previstas no artigo 11 da Lei 11.428/2006.”

O quadro a seguir mostra em síntese as características da área intervinda:

Área (ha)	Bacia Hidrográfica	Microbacia	Área urbana		Fitofisionomia	Estágio sucessional
			Sim	Não		
0,1533	Paraíba do Sul (PS2)	Rio Glória		X	Floresta Estacional Semidecidual Montana	Médio

A seguir este parecer apresenta uma análise da proposta com relação a sua adequação à legislação vigente, bem como com relação a viabilidade técnica da proposta.

### 2.3 Caracterização da área proposta

De acordo com o PECF a proposta compreende uma área de 0,3066 ha, inserida na bacia do rio Itabapoana, no rio São João, município de Caiana, abrangendo a fitofisionomia de Mata Atlântica: Florestal Estacional Semidecidual Montana. A modalidade de compensação florestal proposta é a Servidão Ambiental em caráter permanente. A área de compensação dista 50 km do empreendimento e insere-se na parte excedente de mata nativa existente no propriedade Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho local da CGH São João, matrícula 5.994, da comarca de Espera Feliz, Minas Gerais.



# GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata



A mesma foi vistoriada para verificação da extensão, localização, equivalência ecológica com a área suprimida, bem como com relação a outros aspectos inerentes à modalidade de compensação proposta. Acrescenta-se que os pontos vistoriados correspondem a área de compensação, tendo como referências os mapas, memorial descritivo e polígono que foram encaminhados pelo empreendedor.

A caracterização da vegetação e estágio de regeneração da compensação foram informadas, mas no PECF não foram descritas quali-quantitativamente por meio de inventário florístico e fitossociológico. Foi possível resgatar no PU 0438311/2011 Supram/ZM da LP+LI da CGH São João, na página 17, que: “Todas as árvores com CAP (Circunferência à Altura do Peito – 1,30 m) superior a 15 cm foram mensuradas juntamente com a altura correspondente. Nessa varredura, foram identificadas, na área inventariada, 34 espécies das quais 5 delas foram registradas com maior frequência que foram: Pau Pombo (Tapirira guianensis Aubl.) Angelim (Andira SP), Amescla (Protium heptaphyllum), Amescla-branca (Protium warmingianum) e Roxinho (Peltogyne confertiflora). Essas espécies também foram consideradas as mais abundantes e dominantes no fragmento.”

Na seleção de pontos buscou-se amostrar a diversidade da vegetação local no tocante às fitofisionomias existentes, aos estágios sucessionais, à influência de áreas de borda, à ocorrência de vegetação rupícula e de vegetação ciliar, dentre outros.

Os pontos amostrados, suas coordenadas, bem como o nome da propriedade em que se inserem estão apresentados no quadro a seguir:

Nome da Propriedade	Ponto	Latitude	Longitude
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA019	7.701.575,13	199.507,23 63,84m do PTV027
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA020	7.701.596,63	199.487,35 29,28m do PCA019
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA021	7.701.604,33	199.459,84 28,56m do PCA020
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA022	7.701.603,68	199.440,61 19,24m do PCA021
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA023	7.701.604,28	199.430,84 9,79m do PCA022
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA024	7.701.608,33	199.423,18 8,66m do PCA023
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA025	7.701.611,55	199.420,64 4,09m do PCA024
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA026	7.701.616,96	199.418,35 5,88m do PCA025
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA027	7.701.624,94	199.416,92 8,10m do PCA026
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PCA038	7.701.632,24	199.471,21 54,78m do PCA027
Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios – Divininho	PTV027	7.701.638,31	199.516,42 45,60m do PCA038

Conforme laudo de vistoria, descreve-se que a área proposta: “A propriedade da CGH São João tem 16,1 hectares e Reserva Legal averbada de 3,21 hectares. A área proposta de compensação está em uma altitude de 670 a 690 metros, cerca de 180m a mais que a área de intervenção. A parcela de servidão é o dobro da área que foi suprimida e qualitativamente melhor, por estar inserida em um fragmento de





38 hectares enquanto a supressão impactou uma floresta ripária de menos de 0,5 hectare. A porção de servidão é característica de mata semidecídua montana secundária, mesma classificação da área suprimida. A floresta proposta de compensação está contínua a APP e adjacente a duas propostas de servidão para compensação. A floresta tem dossel fechado e profundidade variável quanto de 10 a 25 metros, com muita pouca entrada de luz, fazendo com que o interior de mata se diferencie da borda. A presença nítida e contínua de serrapilheira, de árvores de grande porte e palmeiras juçara escapam de qualquer caracterização de estágio inicial. A informação de um funcionário da CGH São João, morador em Divininho, distrito mais próximo da CGH São João reportou que de 10 a 20 anos atrás a área tinha muitos indivíduos de embaúba-prateada e que foram sumindo com o tempo. Isso demonstra que o trecho florestal seguiu sua sucessão ao longo dos anos sem maiores impactos que retornassem ao estágio inicial, o que pode se constatar que a saída de espécies pioneiras e incremento gradual de espécies tardias e clímaxes, como a juçara, frutam a caracterizá-lo em estágio médio a avançado de regeneração. Entre as espécies arbóreas que se destacam na estrutura florestal, que foram possíveis de reconhecer na vistoria, foram: Canjiquinha, Ipê-amarelo, palmeira juçara, embaúba-prateada, garapa, angico, Angelim pedra, quaresmeira e quaresmão.”



**Figura 3.** Fragmento florestal da proposta de servidão ambiental por compensação de Mata Atlântica.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

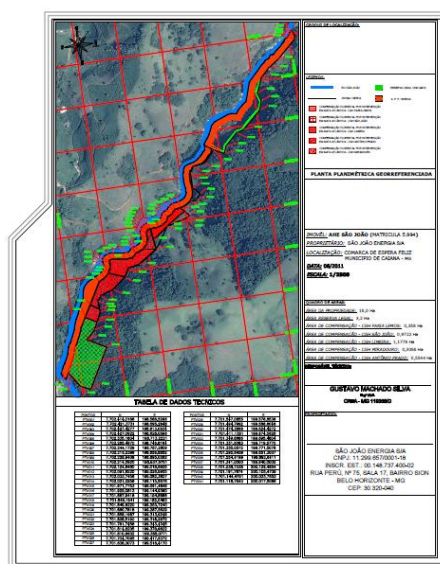
Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata

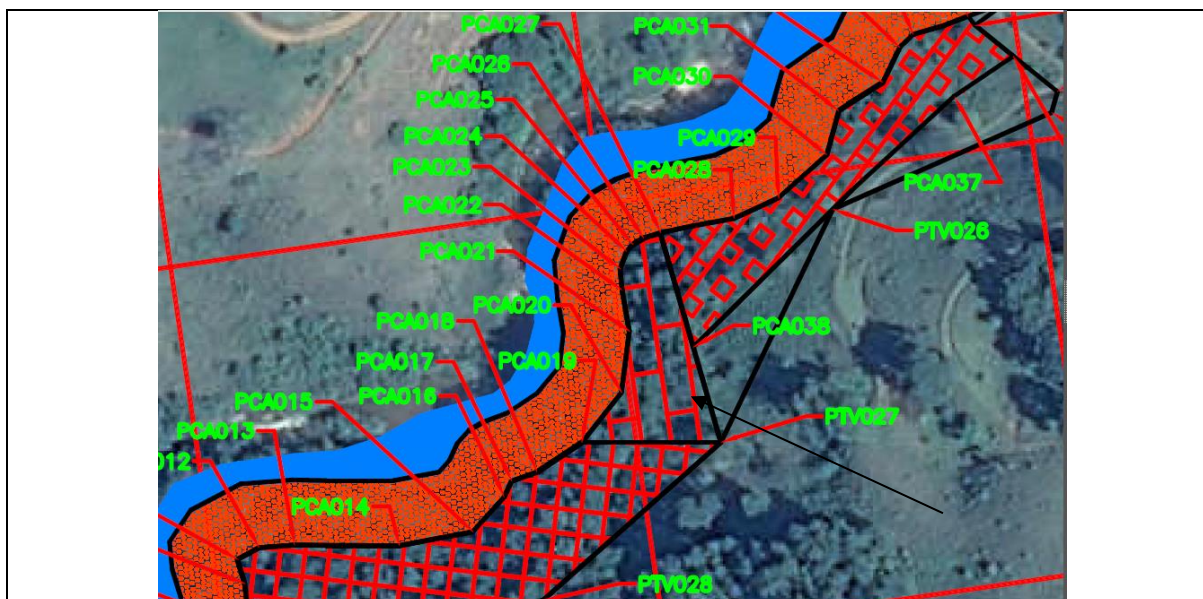


**Figura 4.** Imagem de localização da área proposta de servidão.

A planta a seguir, indica a área proposta de servidão e sua disposição com as demais áreas de uso restrito da propriedade CGH São João.



**Figura 5.** Mapa das áreas de Uso restrito: APP, RL e Compensações da CGH São João.



**Figura 6.** Detalhe do mapa 1, evidenciando a área de servidão ambiental para compensação florestal de Mata Atlântica da CGH Miradouro, no Sítio Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios, Divininho, município de Caiana, MG.

A seguir a proposta em questão será avaliada em função dos requisitos legais e técnicos, a fim de se estabelecer sua adequação legal e viabilidade.

## 2.4 Adequação da área em relação a sua extensão e localização

Com relação à localização da área a ser proposta como compensação florestal por supressão de remanescentes de Mata Atlântica, a **Lei Federal nº 11.428 de 2006**, no seu artigo 17, determina que:

*Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.*

*§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.*

O Decreto Federal nº 6.660/08, em seu artigo 26, sem fazer distinção de tipologia de empreendimentos, define os critérios de localização das áreas a serem propostas como compensação por intervenção em Mata Atlântica:

*Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:*





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata

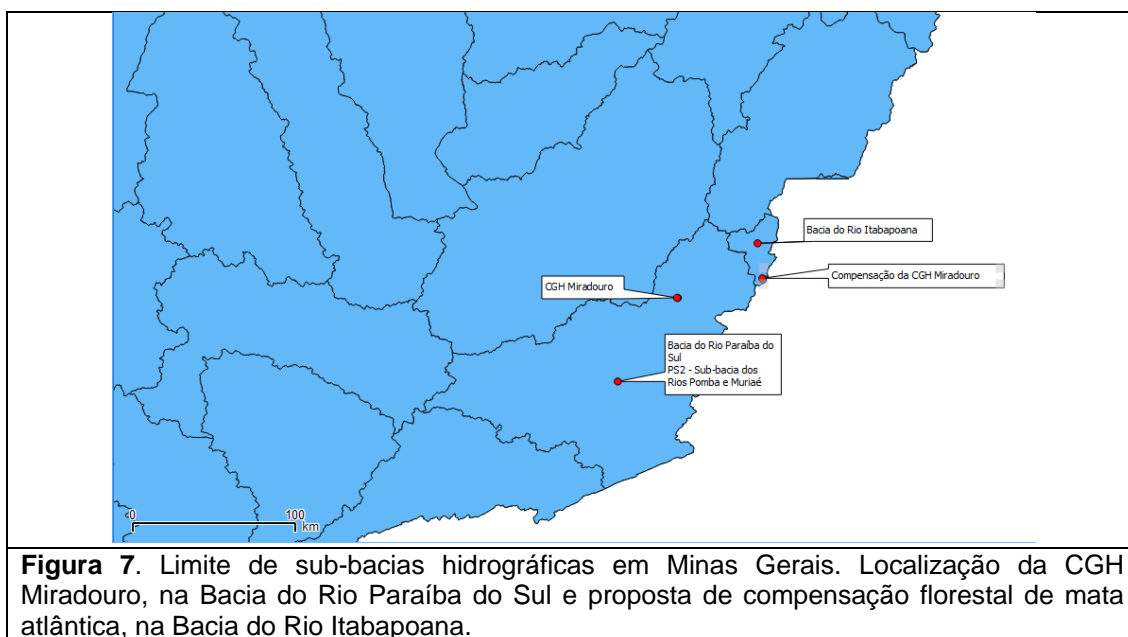


*I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana; ou*

*II - destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica.*

Em âmbito estadual, a SEMAD acompanha todos os requisitos estabelecidos pela legislação federal no que se refere à localização da área a ser compensada. Assim, entende-se que a área proposta **não** atende aos requisitos relacionados à localização, uma vez que **não** se insere:

- ✓ Na mesma bacia do rio Paraíba do Sul
- ✓ Na mesma microbacia do rio Glória
- ✓ No mesmo município de Miradouro



No que tange à exigências com relação à dimensão da área proposta, a SEMAD acata a Recomendação N° 05/2013 de lavra do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que recomenda ao Presidente do COPAM e todos os servidores da Secretaria a adoção de medidas entre as quais destaca-se, a “comprovação de existência de áreas aptas ao cumprimento da compensação ecológica especifica *equivalentes ao dobro da área pretendida para supressão (...)*”. Grifo nosso.

Assim, entende-se que a proposta atende tal exigência, uma vez que a área autorizada para supressão foi de 0,1533 ha e a área proposta possui 0,3066 ha atingindo, portanto, o dobro da área a ser suprimida.





## 2.5 Equivalência ecológica

O Inciso I do Art. 26 do Decreto Federal 6.660/08, já citado anteriormente, define que, nos casos de compensação ambiental por intervenção em Mata Atlântica, a área destinada para a conservação deve conter “as mesmas características ecológicas” que a área que sofreu intervenção.

Para avaliação deste requisito partir-se-á da análise da equivalência das áreas afetada e proposta em termos fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados do PECF, consolidado no quadro a seguir:

Área intervinda			Area a ser compen-sada (ha)  2:1	Área proposta		
Município: Miradouro				Município: Caiana		
microbacia: rio Muriaé				Microbacia: Rio São João		
Área (ha)	Fitofisionomia	Estágio sucessional e /ou característica especial		Área (ha)	Fitofisio-nomia	Estágio sucessional e/ou característica especial
0,1533	Floresta Estacional Semidecidual Montana	Médio	0,3066	0,3066	Floresta Estacional Semidecidual Montana	Médio

Em vistoria constatou-se que o trecho da mata destinada a servidão faz correspondência com a sua descrição apresentada no PECF em termos de ocorrência de fitofisionomias e seus estágios sucessionais, bem como demonstra equivalência ecológica com a área a ser suprimida.

Com base no PECF e nas vistorias realizadas, foram avaliados os critérios a seguir que completam a análise preliminar:

✓ Correspondência de elementos abióticos relevantes

Por se tratar de uma supressão de Floresta Estacional Semidecidual Montana, para uma possível compensação em Floresta Estacional Semidecidual Montana distanciadas uma da outra por 50 km, é esperado diferenças sutis. As diferenças existentes, em termos de elementos abióticos, devem ser toleradas pois não sendo possível compensar em áreas de preservação permanentes, não há como encontrar em outros sítios algumas características do ambiente ripário, como solo e umidade.

✓ Correspondência em termos de biodiversidade

Como não foi apenso ao PECF nenhum inventário na área de compensação, as únicas informações obtidas para análise vieram da vistoria e dos pareceres únicos da Supram/ZM, sejam eles PU LP+LI CGH São João e PU LP+LI CGH Miradouro. Então não é possível comparar quanto a índices de diversidade. No entanto há características entre as duas áreas



que possam revelar que a área de compensação é comparativamente mais diversa que a intervenção.

Devido a área de compensação estar inserida em um fragmento de 35 hectares espera-se uma biodiversidade maior que um fragmento que não somava 1 hectare. Incluindo uma biodiversidade de interior de mata que talvez não existisse na área suprimida.

Na área suprimida foram encontradas 13 espécies arbóreas, as mais frequentes foram Amescla (*Protium heptaphyllum*), Angico (*Anadenanthera peregrina*), Cafezinho (*Rhamnidium elaeocarpum*), Mamica de porca (*Zanthoxylum rhoifolium*) e Ingá (*Inga uruguensis*). Enquanto que na área de compensação foram encontradas 34 espécies arbóreas, entre as mais importantes destaca-se o Pau Pombo (*Tapirira guianensis* Aubl.) Angelim (*Andira* sp.), Amescla (*Protium heptaphyllum*), Amescla-branca (*Protium warmingianum*) e Roxinho (*Peltogyne confertiflora*). Na vistoria pode-se reconhecer, além do Angico que também estava presente na supressão, a Canjiquinha, Ipê-amarelo, palmeira juçara, embaúba-prateada, garapa, angico, Angelim pedra, quaresmeira e quaresmão. Destaque para indivíduos adultos da palmeira juçara, espécie vulnerável à extinção. De toda a comparação, em termo de biodiversidade, a área de compensação proposta guarda ganho ecológico em relação a área suprimida.

#### ✓ Ocorrência de espécies invasoras

A área de compensação tem melhor qualidade quanto a menor ocorrência de espécies invasoras e exóticas cultivadas. Enquanto que, na área suprimida, domina no território áreas de pastagens e áreas degradadas. Na compensação estes não foram amostrados do lado esquerdo do rio São João, cuja paisagem é predominantemente florestal.

#### ✓ Ocorrência de indicadores de degradação ambiental

A área proposta de compensação não apresenta sinais de antropização recente, como ocorre na área do empreendimento, onde foi descrito intenso uso antrópico no uso do solo.

## **2.6 Adequação da área com relação às formas de conservação previstas na legislação.**

A legislação ambiental prevê três formas básicas de cumprimento da compensação por intervenção em Mata Atlântica, sendo a proposta do empreendedor analisado sob a luz destas possibilidades e com base na legislação aplicável a cada uma delas:

### **2.6.1 Destinação de área para a Conservação**

#### **Formas jurídicas de Destinação de Áreas para a Conservação**

#### ✓ Servidão Florestal

De acordo com § 6º do Art. 2º da Portaria IEF nº 30/15 a *constituição de servidão florestal se dá mediante a apresentação pelo empreendedor de comprovante de averbação de servidão florestal à margem do Registro de Imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.*

Ainda com relação ao tema, o Termo de Referência do PECF, anexo à mesma Portaria, prevê:



*Caso a opção apresentada pelo empreendedor seja a destinação de área para conservação, mediante a instituição de servidão florestal/ambiental, o empreendedor deve juntar ao presente projeto **documento comprobatório de propriedade do local em que a servidão será constituída; planta topográfica com descrição da propriedade e da área a ser protegida; memorial descritivo da área a ser protegida em meio físico e digital**, dentre outras informações comprobatórias de que a área escolhida atende aos requisitos legais. (grifo nosso).*

Acrescenta-se que de acordo com a legislação em vigor a área de servidão deve exceder aquela averbada para a reserva legal, bem como aquela considerada como APP. Assim, as plantas das figuras 5 e 6 mostram a propriedade proposta com suas áreas de reserva legal, APP, bem como a área de servidão a ser averbada (conforme memorial descritivo em meio digital encaminhado pelo empreendedor).

Na vistoria em campo, constatou-se que a área proposta não se sobrepõe às áreas de reserva legal ou de APP existentes na propriedade, mas está dentro da unidade de conservação APA de Caiana. Constatou-se que o trecho proposto é contíguo com a APP e com outros dois trechos de propostas de servidão para compensação de outras CGHs.

Ressalta-se que o termo de compromisso deve prever que a averbação em questão seja de caráter perpétuo, devendo a mesma estar de acordo com o Art. 78 da Lei Nº 12.651/ 2012.

*Art. 78. O art. 9º-A da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.*

*§ 1º O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve incluir, no mínimo, os seguintes itens:*

- I - memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado;*
- II - objeto da servidão ambiental;*
- III - direitos e deveres do proprietário ou possuidor instituidor;*
- IV - prazo durante o qual a área permanecerá como servidão ambiental.*

*§ 2º A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.*

*§ 3º A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.*

*§ 4º Devem ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente:*

- I - o instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental;*
- II - o contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental.*

*§ 5º Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.*



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata



*§ 6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.*

*§ 7º As áreas que tenham sido instituídas na forma de servidão florestal, nos termos do [art. 44-A da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#), passam a ser consideradas, pelo efeito desta Lei, como de servidão ambiental.” (NR)*

Assim, uma vez que a área não atendeu ao requisito de cumprir a compensação na mesma bacia hidrográfica para a compensação florestal em tela, apesar da proposta do empreendedor atender as exigências do Art. 78 da Lei Nº 12.651/ 2012, se vê por isso óbices para esta forma de cumprimento da compensação florestal em tela.

### 2.7 Síntese da análise técnica

A proposta realizada mediante o PECF, bem como a síntese da análise realizada por este Parecer está consolidada no quadro a seguir:

Área intervinda		Área proposta					
Fitofisionomia /estágio sucessional	Área (ha)	Fitofisionomia /estágio sucessional	Área (ha)	Sub-bacia	propriedade	Forma de compensação	Adequada (S/N)
Floresta Estacional Semidecidual Montana/ Médio	0,15 33	Floresta Estacional Semidecidual Montana/ Médio	0,30 66	Diferente	Sítio Boa Esperança, Boa Vista, São Miguel de Entre Rios	Servidão Ambiental	Não

Conforme apreende-se do quadro acima a proposta apresentada pelo PECF em tela **não está adequada à legislação vigente.**

### 2.8. Cronograma de Ação

O Cronograma a seguir, em caso de deferimento pela CPB, está sendo proposto pelo IEF, por não haver menção no PECF e deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado pelo empreendedor junto ao IEF:

Seq	Atividade	Prazo
1	Assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF.	60 (sessenta) dias a contar da aprovação da CPB.
2	O extrato publicado no Diário Oficial do Estado, por parte do empreendedor ou requerente, do TCCF.	30 (trinta) dias contados da assinatura do TCCF.
3	Averbação das informações na matrícula da escritura.	30 (trinta) dias contados da assinatura do TCCF.

## 3 CONTROLE PROCESSUAL





Trata-se o expediente de processo administrativo formalizado com o fito de apresentar propostas visando compensar florestalmente intervenções realizadas no bioma de Mata Atlântica para fins de implantação das estruturas relacionadas ao empreendimento hidrelétrico em tela.

A priori, considerando-se o disposto na Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015, tem-se que o processo encontra-se devidamente formalizado, haja vista a apresentação de toda a documentação e estudos técnicos exigidos pela legislação aplicada à espécie, motivo pelo qual, legítima é a análise do mérito técnico quanto as propostas apresentadas.

Atendo-se primeiramente à proposta apresentada pela empresa visando compensar a intervenção realizada no bioma de mata atlântica, infere-se, à luz das argumentações técnicas acima apresentadas, que a proposta **não** atende aos requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe o Art. 26 do Decreto Federal 6.660, de 21 de Novembro de 2008, pelo fato de **não** se amoldar a (os) requisito (s) imposto pela norma, senão vejamos:

Quanto à conformidade locacional, inequívoca é a sua desconformidade, haja vista o que demonstra as figura 7 do presente parecer, através da qual é possível verificar que as medidas compensatórias propostas pelo interessado serão realizadas fora da bacia hidrográfica do empreendimento. Portanto, critério espacial **não atendido**.

Com relação à proporcionalidade de área, a extensão territorial oferecida pelo empreendedor a fim de compensar a supressão realizada é o superior ao mínimo exigido pela legislação federal, atendendo, inclusive, o percentual proposto pela Recomendação Nº 005/2013 lavrada pelo Ministério Público de Minas Gerais, para a compensação florestal ser o dobro de cada trecho de supressão. Em números concretos, os estudos demonstram que foi autorizada a supressão de bioma mata atlântica em um total de 0,1533 ha, sendo ofertado à título de compensação uma área de 0,3066 ha. Logo, critério quanto à proporcionalidade de área atendido.

No que se refere à característica ecológica, vislumbra-se das argumentações técnicas empreendidas e as aferições realizadas *in locu*, que a compensação tem trecho florestal mais bem conservado que o trecho suprimido.

Isto posto, considerando que a proposta apresentada no PECF em tela encontra óbices legais, exclusivamente ao critério espacial, recomenda-se que a mesma seja indeferida.

#### **4 - CONCLUSÃO**

---

Considerando-se as análises técnica e jurídica realizadas infere-se que o presente processo encontra-se apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 18 do Decreto Estadual 44.667/2007.

Ainda, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem com a existência de óbices jurídicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal em tela, este Parecer é pelo **indeferimento** da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECF analisado.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sistema Estadual de Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Escritório Regional Mata



Acrescenta-se que caso aprovado, os termos postos neste parecer constarão de Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o IEF no prazo máximo de 30 dias.

Caso o empreendedor ou requerente não assine e/ou não publique o Termo de Compromisso nos prazos estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e/ou à publicação do termo, sob pena de solicitação das providências cabíveis à presidência do COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação Florestal em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Ubá, 13 de Março de 2016.

Equipe de análise	Cargo/formação	MA SP	Assinatura
Arthur Sérgio Mouço Valente	Analista Ambiental/Biólogo	1319544-1	
Thaís de Andrade Batista Pereira	Analista Ambiental/Direito	1220288-3	

DE ACORDO:

Luiz Henrique Ferraz Miranda  
Chefe do Escritório Regional